



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 117ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

LOCAL: Sala de Reuniões do Conselho Estadual de Saúde/SES
Rua Esteves Júnior 160 – 8º andar
Florianópolis

DATA: 22/09/06

HORÁRIO: 14:00 horas

PRESENTES

Secretaria de Estado da Saúde:

Luis Antonio Silva, Arion Godoi, Maria Teresa Locks, Roberto Hess de Souza, Raquel Ribeiro Bittencourt, Isabel Cristina Funk, Flavio Magajewski, Sonia Regina Linsmeyer.

Conselho de Secretários Municipais de Saúde:

Celso Luiz Dellagiustina (Lontras), Orlando Fávero (Luzerna), Noeli Pinheiro (Rancho Queimado), Alexandre Grierson Spessatto (São Miguel do Oeste), Sonia Adriana Weege (Timbó), Mariana Golin Silva (Camboriú).

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A 117ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 14h 20 min, sob a coordenação de Celso Luiz Dellagiustina, Presidente do COSEMS, com a presença dos membros acima descritos.

Registrada a presença do Senhor Lúcio Barcellos, representante de Santa Catarina no Ministério da Saúde.

DOCUMENTOS RECEBIDOS

Ofício 449/2006, da Secretaria Municipal de Canoinhas, justificando a ausência da Secretária Telma Regina Bley;

Ofício 345/06, da Secretaria Municipal de Saúde de Passo de Torres, solicitando estudo sobre o SAMU com relação ao transporte de pacientes, referência e contra-referência;

Ofício 960/06, da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, justificando a ausência do Secretário João José Cândido da Silva;

Justificativa de ausência da Secretária de Concórdia, Maria Luiza Marcon.

APROVAÇÃO DA ATA

Aprovada a Ata da sessão de 25/08/06, com as ressalvas incorporadas na mesma.

1. TEMAS PARA DELIBERAÇÃO

2. a) CIRURGIAS ELETIVAS – 2ª etapa

3. Aprovada a realização da 2ª etapa do Projeto de Cirurgias Eletivas, conforme documento anexo.

4. b) ALTERAÇÃO PONTUAL DA PPI - AMBULATORIAL

5. Aprovada a alteração pontual da PPI ambulatorial de acordo com as solicitações dos municípios de Água Doce, Campo Alegre e Nova Veneza, conforme parecer técnico da Gerência de Programação de Serviços e Credenciamentos, anexo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

6. c) HOMOLOGAÇÃO INCENTIVO HOSPITALAR

7. Homologada a inclusão da Unidade Hospitalar Beneficente de Saudades, na Política de Incentivo da Assistência Hospitalar, cujo incentivo corresponde ao valor de R\$ 1.488,30 (um mil quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta centavos), para a vigência setembro/dezembro/2006.

8. d) REMANEJAMENTO DO CEO DE INDAIAL PARA GASPAR

9. Aprovado o remanejamento do Centro de Especialidades Odontológicas de Indaial para o município de Gaspar.

10. e) FPO MAGNÉTICA – MAXI PPI

11. Aprovada a FPO magnética conforme proposta descrita no parecer técnico nº 027/06 (anexo), bem como aprovada a recomendação do COSEMS no sentido da implantação da MAXI PPI municipal.
12. O Coordenador CIB/COSEMS, Celso Dellagiustina, solicitou que fosse registrado em Ata o esforço por parte do COSEMS no sentido da recomendação feita aos municípios para a implantação da MAXI PPI municipal. Disse que o COSEMS se responsabiliza em fazer a solicitação a todos os municípios que já receberam o material correspondente, para que efetuem a dupla digitação, ou seja, da MAXI PPI e do sistema já adotado, de forma a avaliar a eficácia do mesmo no que se refere ao atendimento das necessidades dos municípios no acompanhamento da PPI.

13. f) SIS - FRONTEIRA - PRAZO

14. Aprovada a prorrogação de um prazo de mais trinta dias, para os municípios que aderiram ao SIS – Fronteira concluírem a fase I, que consiste na elaboração do diagnóstico local e do Plano Operacional.

15. g) CAPS – GAROPABA, JOINVILLE

16. Aprovada a implantação do Centro de Atenção Psicossocial I de Garopaba, bem como o CAPS i de Joinville.

17. h) CREDENCIAMENTO UTI – CRICIÚMA E VIDEIRA

18. Aprovada a continuidade dos credenciamentos das UTIs do Hospital Divino Salvador de Videira e do Hospital e Maternidade Santa Catarina de Criciúma, cujo encaminhamento dos processos ao Ministério da Saúde estão condicionados ao saneamento das respectivas pendências.

19. i) PROJETO ADEQUAÇÃO FÍSICA PARA INSTALAÇÃO PÓLO REGIÃO LITORAL SUL E EXTREMO SUL

20. Aprovado o Projeto de adequação física para a instalação do Pólo de Educação Permanente em Saúde para o SUS, da Região Litoral Sul e Extremo Sul do Estado.

21. j) RADIOTERAPIA – JARAGUÁ DO SUL PARA BLUMENAU

22. Aprovado o remanejamento de teto de Radioterapia de Jaraguá do Sul para Blumenau, conforme parecer técnico nº 025/06, anexo.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

23. k) PLANO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

24. O Coordenador CIB/COSEMS disse que estão sendo encontradas dificuldades no que se refere ao controle do Conselho Regional de Farmácia a respeito das contratações de profissionais farmacêuticos na Assistência Farmacêutica Básica, principalmente nos pequenos municípios. Ressaltou que muitas das farmácias públicas não necessitam de registro no Conselho competente, visto que não participam juridicamente de comercialização como as demais farmácias. Dessa forma, disse entender que esses estabelecimentos dos pequenos municípios não podem receber o mesmo tratamento que as farmácias de cunho comercial. Disse que, por solicitação dos municípios que foram autuados, a sugestão é que seja elaborado um documento único através da Consultoria Jurídica da SES, em defesa da manutenção e da importância de ter um farmacêutico conforme previsto no Plano Municipal de Saúde, mas que este, seja visto de forma diferenciada daqueles que atuam nas farmácias de cunho comercial. Completou dizendo que a presença do farmacêutico é para executar as ações que foram definidas no Plano e que independentemente da sua jornada de trabalho, deve realizar a contento as ações para que haja uma melhoria na qualidade de acesso e que não inviabilize financeiramente o município.
25. Aprovado o encaminhamento de um documento único a ser elaborado pela Consultoria Jurídica da SES, ao Conselho Regional de Farmácia, em defesa dos municípios autuados pelo referido Conselho, relativo ao descumprimento das exigências a respeito da participação do farmacêutico.

26. l) PLANO DA ONCOLOGIA - PRORROGAÇÃO

27. Aprovada a prorrogação de um prazo de sessenta dias para a conclusão do Plano Estadual de Oncologia.

28. m) TRANSFERÊNCIA INTER HOSPITALAR

29. Aprovada em conformidade com a legislação vigente do SUS que: 1) - é de responsabilidade dos prestadores contratados/conveniados do SUS o transporte de pacientes que necessitem de exames complementares a distância, por qualquer motivo; 2) - que se estende a obrigatoriedade do prestador à execução do exame, garantindo-se total gratuidade ao paciente e nenhum ônus ao município de origem do mesmo.

30. DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS

31. a) SAMU

32. O Coordenador CIB/COSEMS disse que a Comissão Especial do SAMU sugeriu que, quando houver problemas de irregularidades no que se refere ao fluxo de referência estabelecido pela CIB e, quando não resolvidos pelo Comitê Gestor deverão ser apresentados à Mesa para análise, inclusive com proposta de descredenciamento de serviços que não estejam cumprindo os Termos de Compromissos assumidos. Quanto ao não funcionamento das questões da Atenção Básica, sugerem que as solicitações devam ser encaminhadas primeiramente à SES para as providências cabíveis. Ressaltou que com relação à saúde mental, o



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

COSEMS sugere que seja feito um estudo a nível estadual para o estabelecimento das referências de atendimento das emergências psiquiátricas, tendo em vista que o problema está refletindo no funcionamento do SAMU. Completou solicitando o comprometimento da SES para disciplinar a rede de referência das urgências psiquiátricas do SAMU, bem como a questão da saúde mental referente aos problemas gerados dos CAPS (cobertura ambulatorial).

33. O Diretor de Vigilância Epidemiológica, Luis Antonio Silva, disse que a SES se propõe juntamente com o COSEMS e a Comissão do SAMU, criar um grupo de trabalho para discutir e avaliar a situação existente da saúde mental com relação ao problema do controle dos leitos psiquiátricos, com relação à definição da área de abrangência dos CAPS, entre outros assuntos.
34. O Diretor de Políticas de Saúde, Flávio Magajewski, disse que é conveniente a discussão, visto que a produção da política de saúde mental é anterior à regionalização, prevendo a atenção somente para os municípios acima de vinte mil habitantes. Disse que o problema é com relação ao Pacto de Gestão, cujo financiamento em bloco não prevê o tipo de financiamento que a saúde mental utiliza (por APAC, específico). Informou que o CES após a apresentação da Prestação de Contas do Estado, referente ao primeiro e segundo trimestre, colocou ressalvas na questão do financiamento para pagamento dos recursos humanos do SAMU, tendo argumentado que há precarização do trabalho nessa área. Sugeriu também uma discussão sobre esse aspecto para definir uma posição comum dos gestores, visto os benefícios que o SAMU traz para o SUS, de forma a não sofrer descontinuidade do serviço.
35. O Coordenador CIB/COSEMS colocou a Comissão Especial do SAMU à disposição para a discussão da questão com o CES, bem como indicou a Secretária de Saúde de Camboriú, Mariana Golin Silva, para integrar o grupo de estudos da saúde mental.

36. INFORMES

37. a) RELATÓRIO AUDITORIA

38. Informados os conteúdos dos Relatórios de Auditorias referentes aos meses de julho e agosto, conforme documento auto-explicativo disponibilizado à Mesa.

39. b) ACOMPANHAMENTO TRS

40. O Gerente de Programação de Serviços e Credenciamentos, Arion Godoi, informou sobre o acompanhamento da TRS, aproveitando a oportunidade para solicitar ao representante do Ministério da Saúde, Lúcio Barcellos, apoio no sentido de agilizar junto ao Ministério a publicação da Portaria referente ao recurso único para a TRS, conforme deliberado na CIB.

41. c) DEMANDA REPRIMIDA

42. O Gerente Arion informou que a SES continua recebendo as manifestações dos municípios com as informações sobre suas capacidades instaladas para a realização dos serviços da primeira etapa da demanda reprimida.

43. d) CIRURGIAS ELETIVAS



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

44. O Coordenador CIB/COSEMS, informou que a programação da primeira etapa referente às Cirurgias Eletivas terá continuidade conforme o estabelecido nas Oficinas Macrorregionais.

Nada mais havendo a tratar, eu, Lúcia Helena de Souza, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Coordenadores.

Florianópolis, 22 de setembro de 2006.